

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

683

O SR. PRESIDENTE — Há requerimento de adiantamento que depende de número para votação.

Discussão única do Projeto número 4.775-D, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio à Província Carmelitana Fluminense, sociedade civil, religiosa, de beneficência, educação e assistência social; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, com substitutivo, e da Comissão de Finanças, favorável ao referido substitutivo.

Autor: Sr. Vasco Filho. Relatores: Srs. Yukishigue Tamura e Jayme Araújo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Senhor Presidente, Srs. Deputados, volta o entusiasmo às cidades do nosso País, cuja população clama pelo respeito à legalidade, clama por que sejam obedecidas e aplicadas os postulados constitucionais, clama pela posse mansa e pacífica do Presidente da República, que deve chegar, segundo se crê, dentro em breve ao Brasil. Se vai desembarcar no Recife, não sei; em Belém, também não sei; numa das Guianas, também não sei; no Uruguai, ninguém sabe, muito menos eu; no seu Rio Grande do Sul, onde todas as forças políticas estão unidas a esta hora pugnando pelo respeito à Constituição da República, também não sei. Mas a Nação, que se revitaliza, que cheia de pundonor vibra sacudida, agitada que foi saíndo do marasmo, da apatia em que se encontrava, ela, que pensa, trabalha, que tem vontade, está alerta e pede simplesmente ao Sr. Presidente da República, João Goulart, que volte de-

pressa para enfrentar a situação e tomar posse no cargo para o qual foi eleito.

O Sr. Bezerra Leite — Sr. Deputado Aurélio Vianna, louvo a conduta de V. Exa., que em sessões contínuas nesta Casa está em perfeita vigilância, advertindo a Nação dos perigos de um atentado à Constituição brasileira. Nós representantes do povo aqui, em Brasília, temos de ficar nesta vigília cívica, em defesa da legalidade, em defesa da democracia, em defesa da Carta Magna. Neste momento, o Congresso, em vez de estar apático e distante da realidade, devia solicitar, através das suas Mesas, declaração formal e clara dos Poderes constituídos, para tranquilizar e assegurar que serão fielmente cumpridos os postulados da sua Constituição.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Deputado Bezerra Leite, os Deputados federais presentes estão preocupados, mas não acovardados com os acontecimentos que se sucedem vertiginosamente em nosso País (Muito bem).

O Sr. Bezerra Leite — Apenas disse que estavam apáticos não amedrontados.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não confirmei que V. Exa. fizera tal afirmação, porque todos reconhecemos que V. Exa., como tantos outros que aqui se encontram, é um homem de fibra, acostumado às lutas. Defende suas convicções com o destemor de todos conhecido.

Sr. Presidente, estou apenas argumentando, como observador, como estudioso da psicologia aplicada. É algo que vem entusiasmado através dos anos, o caráter bem brasileiro da nossa gente, dessa raça em formação, ainda miscigenada, que nos maiores perigos, como que desconhece o medo. Há um dito muito interessante na minha terra, lá na Pequenina Alagoas, nas Alagoas de Floriano, de Deodoro, de Graciliano Ramos, de Artur Ramos, dos poetas e dos soldados:

* Não foi revisto pelo orador.

Alagoano covarde nasceu morto; brasileiro covarde nasceu morto. O covarde é um anormal. Se alguém que pensa estamos acovardados aqui chegasse hoje, sentiria uma surpresa tremenda: os deputados ouvem, os deputados falam, os deputados conversam, os deputados riem, e neste ambiente sentem o peso da responsabilidade e o perigo iminente.

O Sr. Eloy Dutra — A V. Exa. parlamentar que sempre interpreta com justezas todas as notícias e acontecimentos e fatos políticos, mormente num momento de crise como este, gostaria de submeter esta pequena manchete da Tribuna da Imprensa, desde que está anunciada a chegada ao Brasil nesta madrugada do Presidente João Goulart: "Mazzilli anuncia um ministério de coalisão". Como interpreta V. Exa. isto?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, outros poderiam responder por mim. A tarde trazia eu para esta Casa as informações sobre a constituição do novo Ministério. Falava-se no nome do nosso prezado companheiro Armando Monteiro, que seria posteriormente substituído pelo não menos honrado companheiro Etevíno Lins, para a Pasta da Justiça; no nome de Gabriel Passos, que iria substituir o Deputado João Agripino na Pasta de Minas e Energia. Aliás, no Governo do Sr. João Goulart, se eu pudesse opinar, indicaria prazerosamente esse nome e acredito teria o apoio unânime desta Casa. Ministros Militares, os mesmos. Ministro da Fazenda, o Sr. Clemente Mariani, ligadíssimo ao Governador do Estado da Guanabara. Ministério do Trabalho — falou-se muito no nome do Sr. Argemiro Figueiredo, trabalhista da Paraíba. Educação ou Cultura, duas ou três interrogações. Saúde, uma interpretação. Viação e Obras Públicas, o nosso companheiro, ex-Ministro também da Viação e Obras Públicas, Maurício Joppert, Ministro do Comércio e Indústria, substituindo

o Sr. Bernardes Filho, filho do velho Bernardes, nacionalista, o Senhor Ulisses Guimarães.

Finalmente, Ministro das Relações, um ex-colega que declarou desta tribuna, que, na Organização das Nações Unidas iria realizar toda a política do ex-Presidente da República, o nosso Professor San Tiago Dantas.

O Sr. Bezerra Leite — Eu queria esclarecer a V. Exa. e à Casa que não foi feito nenhum convite ao Professor San Tiago Dantas para o Ministério, e que, se o convite tivesse sido feito S. Exa. teria recusado.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não duvido. Apenas estou comunicando.

O Sr. Gabriel Gonçalves — Quero trazer a V. Exa. a palavra oficial do Embaixador San Tiago Dantas, que me autorizou comunicasse à Casa que não recebeu nenhum convite para fazer parte do futuro Ministério.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Os nobres Deputados verificam, pelos apartes que acabamos de receber, que realmente corria a notícia, com foros de verdade. De tal modo que mereceu uma contradita do Embaixador, Professor San Tiago Dantas.

Quanto aos outros nomes citados parece que há unanimidade no reconhecimento de que os convites foram feitos. Posso dizer que o Deputado Gabriel Passos foi convidado, porque ele me disse, a mim e ao Deputado Barbosa Lima Sobrinho, sem pedir segredo, e não havia mesmo motivo para isto. Declarou-nos ainda que não havia dado resposta definitiva, mesmo porque defende a tese — e não era de se esperar outra atitude do Deputado Gabriel Passos — de que a Presidência da República deve ser ocupada pelo Sr. João Goulart.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizíamos que os manipuladores de fórmulas altas, os alquimistas (riso) modernos, estão tentando encontrar um filtro maravilhoso, al-

terando, se possível a Constituição da República, através de emissários que, se já não partiram estão partindo para a Europa, a fim de conseguir não volte o Presidente da República ao Brasil dentro de 30 dias. Seria uma renúncia por ausência. Ou, então, que apresente a sua própria renúncia, dando a entender à Nação que não reconhece mais o direito legítimo de ocupar a Presidência na forma prevista pela Constituição da República. Estamos num país em que o direito da força sobrepuja a força do direito.

O Sr. Arthur Virgílio — Devo esclarecer a V. Exa. e à Casa que não há nenhum elemento do PTB indicado para ir ao encontro do Presidente da República a fim de adiar o seu regresso ao Brasil. Cogita-se, sim, do envio de alguns companheiros para expor a S. Exa. o que está ocorrendo neste País, infelizmente, sob um estado de fato, já com o golpe nas ruas, já sem a proteção da Constituição, já vivendo um verdadeiro drama das desfilições. Mas posso assegurar que o nosso silêncio até agora não foi em absoluto pelo receio aos tanques que já andam pelas ruas, não foi em absoluto pelo temor de que se dê a etapa final do golpe às instituições, fechando esta Casa. Procuramos, por todos os meios legítimos, por todos os contatos políticos indicados, demonstrando o amor que temos à legalidade, e repetidas vezes até positivados, contornar a crise, chamar à razão aqueles que estão envergonhando o país perante o mundo, igualando-nos a qualquer dessas republiquetas onde se muda um Presidente da República ao bel-prazer de qualquer major ou capitão das forças armadas. A Casa irá ouvir, hoje certamente, o pronunciamento oficial do Líder do PTB. Posso assegurar a V. Exa., Deputado Aurélio Viana, que os alquimistas a que Vossa Excelência se referiu, os farmacêuticos das fórmulas inconstitucionais, não vão encontrar terreno fácil para fazerem vencer o seu

atentado à legalidade a ordem democrática, a soberania popular. Posso garantir a Vossa Excelência, Deputado Aurélio Viana, que eu, pelo menos, pretendo sair desta Casa de cabeça erguida. pretendo sair desta Casa honrando meu passado, ainda curto, mas digno de vida pública, do meu Estado e do meu país. Ninguém, absolutamente ninguém, força alguma nessa nação, por mais poderosa que seja, impedirá eu ocupe a tribuna que V. Exa. está honrando neste momento, para a partir de amanhã, denunciar ao país, denunciar ao povo essa trama, esse crime que se pretende perpetrar contra as instituições democráticas. No momento Vossa Excelência está só, com a bravura cívica, que tanto admiramos, nesta jornada e nesta campanha. Mas fique V. Exa. certo e seguro de que, em breve, outros companheiros estarão ao seu lado com essa disposição de fazer valer o que estabelece a Constituição, com essa determinação de não se intimidar seja a propósito do que fôr, com essa determinação de forçar inclusive que caia a máscara desses homens que se estão revelando não só inimigo da nossa Pátria, rebaixando-a, degradando-a politicamente no conceito da política mundial. (Muito bem. Palmas).

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, Srs. Deputados, posso afirmar, pelas notícias que venho recebendo de diversos Estados do Brasil, é que um movimento de opinião admirável. Do operário ao estudante, do homem de mãos calejadas ao intelectual, do praça-de-pré ao sargento, do sargento ao oficial, nas milícias das províncias, nas guardas-civis das cidades, todos comentam e todos falam num livreto que muitas vezes passa anos guardado nas bibliotecas.

Por intuição até mais do que por compreensão, os homens da fábrica, os trabalhadores falam na Constituição e na necessidade da sua defesa. Por isso dizíamos, que

a nação está sacudida. Felizmente a concepção da maioria das nossas forças Armadas é democrática. Não temos no Brasil casta militar, na conceituação germânica do termo. Não há prussianismo neste País. A grande porção dos soldados brasileiros é composta de filhos do povo, de homens comuns que tem horror ao derramamento do sangue, principalmente dos seus próprios irmãos. Ainda espero uma espécie de milagre, um entendimento, uma compreensão, aproveitando-se esta grande oportunidade que surge no Brasil, agora em que todos querem e clamam pela legalidade democrática, pelo respeito incontestável à Constituição da República, pela posse dos eleitos do povo. Tese que o Marechal Lott defendeu, que defendeu Zenóbio da Costa, que defendeu Odílio Denys, naquela madrugada impressionante que nos deu o 11 de novembro. Todos nós, políticos paisanos, esperamos o grande milagre do congrégamento dos civis com os militares na defesa das instituições republicanas e democráticas, colocando este País na posição em que ele deve estar...

O Sr. Tristão da Cunha — Vossa Excelência me dá licença para um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... subordinado a nenhum povo, subordinado a nenhuma outra nação, independente sim, lutando para a harmonia de todos, para a paz e para o progresso e o desenvolvimento.

Tem o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Tristão da Cunha — Meu nobre colega, desde a proclamação da República não houve democracia no Brasil. Durante quarenta anos vivemos num regime de oligarquia em que não houve eleições. Os grandes resolviam o problema político do Brasil. De 1930 para cá, é uma sucessão de hiatos constitucionais constantes. Isso prova que o regime não pode funcionar. E isso nós, parlamentaristas, vimos dizendo sempre. Não recrimino as

intervenções militares porque elas é que nos têm salvo da anarquia. Essa intervenções vêm, a contragosto do Exército, nos momentos oportunos, para livrar o País da desordem. Isso não é regime. Temos de mudar as instituições, se não teremos de cair não sei onde, porque vamos, de queda em queda, há 70 anos, sem saber o destino que nos aguarda.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vossa Excelência, velho parlamentarista, é uma contradição viva e explícita porque muitas e muitas vezes a emenda parlamentar tem sido vetada pela cúpula das Forças Armadas. V. Exa., como parlamentarista, deveria entender — e quero esclarecer não sei este o seu pensamento — que é pela ditadura. Se V. Exa., no seu aparte...

O Sr. Tristão da Cunha — Não sou pela ditadura. Ninguém é mais democrata do que eu.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... quis dizer que presidencialismo não é democracia e a democracia é o sistema de governo parlamentar, teria sido mais claro, teria sido mais consequente. Mas V. Exa., Deputado Tristão da Cunha, velho batalhador democrático, V. Exa., que vem pregando o parlamentarismo dia e dia, que não viu ainda o sucesso de sua causa que, ao lado de Pilla, o velho Pilla, o honesto Pilla, o digno Raul Pilla, vem trabalhando pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas, através do sistema de governo parlamentar, V. Exa. profere aparte que nos conduz à perplexidade. Nobre Deputado, aperfeiçoar as instituições democráticas, sim; amíllá-las jamais; No passado, um homem que defendia as mesmas teses, ou teses semelhantes às que V. Exa. defende, não dêste microfone no momento, Libero Badaro, crivado de balas, caído nas ruas de São Paulo, atrouou os ares políticos do Brasil com uma frase impressionante: "Aqui morre um liberal, mas não morre a liberdade". Pretendia ouvir de V. Exa. palavras

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

687

que tais: Nós, civis, devemos unir-nos aos civis fardados e estes a nós, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, para o desenvolvimento econômico do nosso País, sem a divisão do Brasil em castas estanques, braço a braço, mão a mão, porque isto é nosso, de todos, sem distinção. Nem, de longe eu aceito a tese de que uma intervenção armada para destruição do regime democrático é benéfica.

O Sr. Tristão da Cunha — Se houvesse regime democrático no Brasil, mas não há. E não darei um passo para defender este regime, que deixa o povo na miséria e que está condenado na opinião pública.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vossa Excelência diz, Sr. Deputado, que não há democracia no Brasil. Não houve, quando V. Exa. foi eleito Deputado federal? Por que aceitou a sua investidura? Que está fazendo nesta Casa? Pregando a ditadura.

O Sr. Tristão da Cunha — Pregando a democracia, na única forma possível, que é o regime parlamentar.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pregando a inimizade entre irmãos, quando nós aqui, tentamos conciliar os civis a se unirem aos militares e os militares aos civis, na defesa das instituições vigentes, no aperfeiçoamento do regime democrático, em vez de, um Deputado do Partido Republicano de Bernardes, vir defender uma tese estranha, esdrúxula, superada, uma tese fatal, uma tese repulsiva, quando, a nosso ver, deveria dirigir-se aos militares para lhes dizer: estamos prontos para trabalhar pela sobrevivência das instituições democráticas. Desejariamos contar com seu apoio para isto, e então, vem uma voz estranha para, estranhamente, proclamar as deficiências do regime e as virtudes de quê?

O Sr. Tristão da Cunha — É uma farsa democrática aquela em que vivemos.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Homem nobre, probó, honesto, digno, o Marechal Dutra declarou numa das suas mensagens à Câmara dos Deputados: "Governei com os partidos democráticos. Respeitei a vontade do povo, deseja o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Um militar dando o exemplo aos civis do quanto se pode fazer para o bem comum, para o desenvolvimento das instituições democráticas.

O SR. PRESIDENTE — (Breno da Silveira, 3º Secretário) — o tempo de V. Exa., nobre orador, está esgotado. V. Exa. disporá dos 15 minutos de prorrogação, a partir deste instante.

O Sr. Milton Reis — Parece que os céus nublados da Pátria já se desanuviam, pois muitos dos que estavam contra a legalidade já encaram bem as consequências que como seu gesto iriam assumir perante a Nação e perante o mundo. Parece que, felizmente, já está raiando nos céus da Pátria aquele manto que cobrirá a democracia, esta democracia que defendemos, esta democracia que, a despeito de afirmarem alguns colegas que ela não existe tem sua afirmação, tem sua plenitude no exercício do nosso mandato, em nossa palavra livre, no direito que temos de nos pronunciarmos. Alguns setores que estavam contra a legalidade, parece-me, já reexaminaram e sentiram as profundas consequências. Os setores militares, que sempre foram legalistas, darão cobertura a Jango porque é o Presidente da República. Apenas não entrou no exercício da Presidência. O que poderiam colega, parece que a Nação vai começar a tranquilizar-se. O líder do nosso Partido, o Deputado Almino Afonso, na oração que deverá proferir esta noite, trará ao conhecimento da Casa os últimos acontecimentos, para alegria do povo brasileiro.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado agradeço o seu pronunciamento.

Mas, Srs. Deputados, quem não leu as declarações de Dom Jaime Câmara sobre o dever dos brasileiros, nesta hora inquietante, de respeitar os postulados constitucionais?

Quem não leu as declarações de Juracy Magalhães, manifestando-se pela posse do eleito do povo para o exercício do mandato? Quem não leu as declarações de Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, cujo impressionante pronunciamento também foi pela posse do eleito? Quem não leu o pronunciamento de Capanema, que acha que o direito do Vice-Presidente da República é líquido, incontestável e certo? Quem não leu o pronunciamento de Peruchi Barcelos, Líder no Rio Grande do Sul, que, abandonando momentaneamente suas divergências políticas e, talvez, pessoais, se declarou pela posse do eleito? Quem não ouviu a palavra de um inimigo de João Goulart, porque não está em jogo a personalidade e o nome de João Goulart, do Deputado Ferrari, que lidera um movimento no País e que transformou esse movimento num partido político, declarando-se pela posse de seu fidalgo inimigo na Presidência da República, embora também adiantasse que o combateira desta tribuna, porque lhe faria oposição constante e pertinaz?

O Sr. Lino Braun — Onde está o pronunciamento do Partido Socialista?

O SR. AURELIO VIANNA — O Partido Socialista, é pequeno, reconheço-o, já se pronunciou pela legalidade democrática, pelo respeito à Constituição e pela posse do eleito. Está faltando a voz de cada um dos partidos políticos desse País, e são doze, sobre este assunto tão momentoso, tão impressionante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o perigo atrai o mal. Não há qualquer declaração oficial do atual Presidente da República acerca dessa matéria. Mas ninguém poderia acreditar que S. Exa., exercendo a Presidência da República

por algumas horas ou alguns poucos dias, traia a sua consciência democrática, traia a Constituição da República...

O Sr. Lino Braun — Não será outro Luz.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... traia o povo brasileiro. Ninguém espera e deseja isto. Sabe S. Exa., e creio que já o proclamou em rodas íntimas, que o Presidente da República já partiu ou está de partida para o Brasil, a fim de assumir o lugar que lhe compete. Voltará a esta Casa; procederá como vai proceder sob aplausos coletivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o perigo atrai, fascina. A Casa está cheia o dia todo; nas sessões noturnas. As galerias repletas de famílias, senhoras e moças, que, prestigiando as sessões da Câmara dos Deputados, dão esta demonstração clara, inconsusso do seu civismo, do seu amor às instituições, do seu desejo de paz e ordem. É assim a democracia; é assim que deve viver a democracia; é assim sómente assim que se aperfeiçoam as instituições representativas. Ninguém contestou o direito do atual Presidente da República de candidatar-se, muito menos o direito do seu opositor. Ninguém contestou o direito do General Lott, do Sr. Jânio Quadros e do Sr. Adhemar de Barros de candidatarem-se à Presidência da República, nem o dos Senhores Fernando Ferrari e Milton Campos de candidatar-se à Vice-Presidência. A tese sustentada pela maioria — maioria PSD, maioria PTB, maioria dos democratas do Brasil — era uma só: posse aos eleitos do povo.

Também não se espera que o PSD traia o seu passado bem recente, que manipule contra a posse do Presidente da República, que surja com fórmulas mágicas para resolver problemas que não seriam resolvidos senão através do respeito aos postulados da Constituição da República. Esqueçamo-nos do nome João Goulart e lembremo-nos de que há um Vice-Presidente

157.^a SESSAO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

689

da República que substitui, nos seus impedimentos, o Presidente; de que o Presidente renunciou, de que o atual Presidente da República é o Vice, por força de dispositivos constitucionais votados em nome do povo brasileiro numa época extraordinária, post-guerra, em 1946.

Sr. Presidente: o meu partido, e tenho certeza de que o povo brasileiro nesta hora pela sua grande maioria, e tenho certeza de que os militares do Brasil, todos desejam, todos pugnam e todos lutam e lutarão, para que a Constituição seja cumprida, para que não se transforme num trapo, papel imundo, sem qualquer significação, pela posse do Vice-Presidente da República, atual Presidente da República, para completar o mandato do Sr. Jânio da Silva Quadros. Pela democracia! Pelo direito! E pela verdade! (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Já há número para as votações.

Comparecem mais os Srs.:

Clélio Lemos
José Bonifácio
Alfredo Násser
Breno da Silveira
Antônio Baby
Wilson Calmon

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB.
Almino Affonso — PTB.
Arthur Virgílio — PTB.
Wilson Calmon — PSP.

Para:

Armando Carneiro — PSD.
Epílogo de Campos — UDN.
Silvio Braga — PSP.

Maranhão:

Antônio Dino — PSD.
Clodomir Millet — PSP.
Cid Carvalho — PSD.
Euríco Ribeiro — PSD.
José Sarney — UDN.
Nelva Moreira — PSP.
Renato Archer — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Laurentino Pereira — PSD.
Lustosa Sobrinho — UDN.
Milton Brandão — PSP.

Ceará:

Adahil Barreto — UDN.
Carlos Jereissati — PTB.
Edilson Melo Távora — UDN.
Esmerino Arruda — PSP.
Euclides Wicar Pessoa — PSD.
Expedito Machado — PSD.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Ozires Pontes — PTB.

Rio Grande do Norte:

Clóvis Motta — PTB.
Xavier Fernandes — PSP.

Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.
Ernani Sátiro — UDN.
Jacob Frantz — PTB.
Jandui Carneiro — PSD.
José Joffily — PSD.
Raul de Góes — PSP.

Pernambuco:

Alde Sampaio — UDN.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSP.
Bezerra Leite — PTB.
Clélio Lemos — PSD.
Geraldo Guedes — PL.
Gileno Dé Carli — PSD.
José Lopes — PTB.
Josué de Castro — PTB.
Milvernes Lima — PSD.
Nilo Coelho — PSD.
Osvaldo Lima Filho — PTB.
Petronílio Santacruz — PSD.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSP.
Carlos Gomes — UDN.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Seixas Dória — UDN.